

Procedimento de Comercialização

PdC LF.03

APORTE DAS GARANTIAS FINANCEIRAS

Versão: 2

Início de Vigência: 20.04.2010

Instrumento de Aprovação: Despacho ANEEL nº 1079, de 19 de abril de 2010



ccee

Câmara de Comercialização
de Energia Elétrica



CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO LF.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 20.04.2010	Versão 2
NOME APORTE DAS GARANTIAS FINANCEIRAS		

ÍNDICE

1. APROVAÇÃO	3
2. HISTÓRICO DE REVISÕES	3
3. PROCESSO ORIGEM.....	4
4. NOME E CÓDIGO DO PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO	4
5. PÚBLICO ALVO.....	4
6. OBJETIVO.....	4
7. ASPECTOS LEGAIS E REGULATÓRIOS	5
8. LISTA DE TERMOS	6
9. FERRAMENTAS DE SUPORTE	6
10. PREMISSAS	7
11. FLUXOGRAMA	10
12. MATRIZ DE OPERACIONALIZAÇÃO	11
13. CRONOGRAMA GERAL	13
14. ANEXOS	14

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO LF.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 20.04.2010	Versão 2
NOME APORTE DAS GARANTIAS FINANCEIRAS		

1. APROVAÇÃO

Início de Vigência do Procedimento de Comercialização: 20.04.2010

Aprovado pelo Despacho ANEEL nº 1079 de 19 de abril de 2010.

2. HISTÓRICO DE REVISÕES

- **Versão 1** **02.10.2009**
Elaborada versão inicial do documento.
- **Versão 2** **20.04.2010**
Adequação das premissas de forma a contemplar o disposto nas Regras de Comercialização – versão 2010 (REN nº 385/2009).

3. PROCESSO ORIGEM

Cadeia de Valor da CCEE



Macro Processo: Efetuar Liquidação Financeira

4. NOME E CÓDIGO DO PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO

Aporte das Garantias Financeiras – LF.03

5. PÚBLICO ALVO

- 5.1. Agente da CCEE
- 5.2. Agente Custodiante
- 5.3. Superintendência da CCEE
- 5.4. Conselho de Administração da CCEE

6. OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos do processo relativo ao aporte das Garantias Financeiras referentes às operações no âmbito da CCEE.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO LF.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 20.04.2010	Versão 2
NOME APOORTE DAS GARANTIAS FINANCEIRAS		

7. ASPECTOS LEGAIS E REGULATÓRIOS

- 7.1. Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 – Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.
- 7.2. Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 – Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.665, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.
- 7.3. Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra - Estrutura - REDI; reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da contribuição para o PIS / PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória 2.158 - 35 de 24.08.2001, e as Leis 9.779 de 19.01.1999, 8.212 de 24.07.1991, 10.666 de 08.05.2003, 10.637 de 30.12.2002, 4.502 de 30.11.1964, 9.430 de 27.12.1996, 10.426 de 24.04.2002, 10.833 de 29.12.2003, 10.892 de 13.07.2004, 9.074 de 07.07.1995, 9.427 de 26.12.1996, 10.438 de 26.04.2002, 10.848 de 15.03.2004, 10.865 de 30.04.2004, 10.925 de 23.07.2004 e 11.196 de 21.11.2005; e revoga dispositivos das Leis 4.502 de 30.11.1964, 9.430 de 27.12.1996 e do Decreto - Lei 1.593 de 21.12.1977, e dá outras providências.
- 7.4. Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 – Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências.
- 7.5. Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004 – Regulamenta os arts. 4º e 5º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da CCEE.
- 7.6. Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004 – Institui a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.
- 7.7. Decreto nº 6.210, de 18 de setembro de 2007 - Altera dispositivos do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, define demanda mínima por unidade de consumo para a equiparação de consumidor a autoprodutor, e dá outras providências.
- 7.8. Resolução Normativa nº 260, de 03 de abril de 2007 - Altera dispositivos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, instituída pela Resolução Normativa ANEEL 109 de 26.10.2004, que estabeleceu a estrutura e a forma de funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- 7.9. Resolução Normativa nº 263, de 17 de abril de 2007 - Altera o parágrafo único do art. 1º, bem como o art. 22 do Anexo da Resolução Normativa ANEEL 109 de 26.10.2004, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, referente ao funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- 7.10. Resolução Normativa nº 336, de 28 de outubro de 2008 – Aprova a alteração das Regras de Comercialização de Energia Elétrica, referentes à metodologia de cálculo das Garantias Financeiras associadas à liquidação do Mercado de Curto Prazo – MCP.
- 7.11. Resolução Normativa nº 348, de 06 de janeiro de 2009 – Altera a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004.
- 7.12. Resolução Normativa ANEEL nº 385, de 08 de dezembro de 2009 - Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2010, de que trata a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica; altera art. 3º e acrescenta inciso ao art. 4º da Resolução Normativa 341 de 02.12.2008, altera art. 5º da Resolução 209 de 03.08.2008, e altera art. 2º da Resolução Normativa 336 de 28.10.2008.

8. LISTA DE TERMOS

Este Procedimento de Comercialização utiliza os seguintes termos e expressões, cujas definições são encontradas no PdC Glossário de Termos da CCEE.

- Agente da CCEE ou Agente
- Agente Custodiante
- Agente Devedor
- Agente Líder
- Agente Proprietário
- Ativos Financeiros
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
- Conselho de Administração da CCEE
- Du
- Garantias Financeiras ou Garantias
- Sistema de Contabilização e Liquidação (SCL)
- Superintendência da CCEE

9. FERRAMENTAS DE SUPORTE

FERRAMENTA	DESCRIÇÃO
SCL	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Contabilização e Liquidação da CCEE no qual serão informados os resultados do cálculo da Garantia Financeira, através do componente Garantias Financeiras.
Componente Relatórios	<ul style="list-style-type: none"> • Componente do SCL por meio do qual os Agentes podem visualizar e efetuar <i>downloads</i> dos Relatórios referentes ao cálculo do aporte das Garantias Financeiras.
Sistema de Atendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Central de Atendimento da CCEE onde são registradas as discordâncias dos Agentes em relação aos cálculos / montantes das Garantias informadas pela Superintendência da CCEE.
Site da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> • Site na internet (www.ccee.org.br) onde será disponibilizado o calendário de aporte das Garantias Financeiras.

10. PREMISSAS

10.1. Premissas Gerais

- 10.1.1. O cálculo do montante das Garantias Financeiras e o respectivo aporte pelo Agente da CCEE para o mês de referência (M) será realizado conforme detalhamento contido no Módulo de Liquidação das Regras de Comercialização e no presente Procedimento de Comercialização.
- 10.1.2. O Agente da CCEE e o Agente Custodiante deverão manter contrato de prestação de serviços para fins de depósito e custódia de Garantias Financeiras, sendo de exclusiva responsabilidade de ambos as condições e os termos estabelecidos neste contrato. Os custos e o cumprimento de obrigações fiscais e tributárias relativos a este contrato serão de responsabilidade do Agente da CCEE.
- 10.1.3. Os Ativos Financeiros que poderão ser aceitos em Garantia pelo Agente Custodiante são aqueles elencados no art. 3º, da Resolução ANEEL nº 336/2008.
- 10.1.4. Observada a Premissa 10.1.3, o Agente Custodiante poderá selecionar os Ativos Financeiros a serem apresentados pelos Agentes da CCEE, de acordo com seus próprios critérios de classificação de risco, e estabelecer o percentual de deságio de cada Ativo Financeiro.
- 10.1.5. Os Agentes da CCEE deverão responder pelas respectivas obrigações tributárias e outras assumidas perante terceiros, no que diz respeito ao aporte das Garantias Financeiras.
- 10.1.6. A Superintendência da CCEE manterá disponível aos Agentes, no Componente Agentes do SCL, informações individualizadas relativas ao processo de Garantias.
- 10.1.7. A contagem dos prazos estabelecidos neste Procedimento de Comercialização é realizada observando-se apenas os dias úteis.

10.2. Premissas específicas referentes ao cálculo do aporte das Garantias Financeiras

- 10.2.1. O SCL estará bloqueado de M+19du a M+29du para declaração dos valores previstos de consumo e geração para o horizonte de M a M+4. Fora deste período, os Agentes poderão cadastrar os valores declarados.
- 10.2.2. Em até um mês antes do cálculo do aporte de garantias financeiras referente ao mês de agosto, a CCEE possibilitará a declaração da previsão de geração e consumo para o ano seguinte.
- 10.2.3. O Agente responsável pela declaração dos valores previstos de geração é o Agente Líder e dos valores previstos de consumo é o Agente Proprietário.
- 10.2.4. Serão considerados no cálculo do aporte das Garantias Financeiras somente os montantes mensais dos contratos bilaterais futuros registrados e validados até as 18h de M+18du. Caso os montantes mensais não estejam validados até M+18du, serão considerados os montantes anuais, conforme Regras de Comercialização.
- 10.2.5. Para os contratos bilaterais já existentes, os prazos para alteração dos volumes mensais e/ou anuais continuarão respeitando os prazos determinados no PdC CO.01 – Registro de Contratos Bilaterais.
- 10.2.6. As Regras de Comercialização estabelecem critérios de complementação dos valores não declarados de consumo e/ou geração do Agente.
- 10.2.7. O cálculo do aporte das Garantias Financeiras será realizado pela Superintendência da CCEE em M+22du, utilizando os dados disponíveis nesta data.
- 10.2.8. O montante de Garantias Financeiras a ser aportado pelo Agente da CCEE será divulgado, pela Superintendência da CCEE, em M+22du, sendo facultada ao Agente a abertura de chamado apresentando discordância dos montantes calculados, observando o seguinte:
 - a) A CCEE deverá responder o chamado ativo em até 4 dias úteis;

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO LF.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 20.04.2010	Versão 2
NOME APORTE DAS GARANTIAS FINANCEIRAS		

- b) A abertura de chamado não exime o Agente da obrigação de efetuar o aporte das Garantias Financeiras em M+28du. Havendo procedência do chamado, os eventuais recursos aportados em montantes superiores aos novos valores apurados serão imediatamente liberados pela CCEE ao Agente;
- c) Chamados abertos após M+23du não poderão ser utilizados como justificativa para o não aporte das garantias financeiras, no montante informado pela CCEE em M+22du.
- 10.2.9. As datas de aporte das Garantias Financeiras para cada mês serão divulgadas, pela Superintendência da CCEE, no calendário anual de aporte das Garantias Financeiras, disponível no site da CCEE. Nesse caso, os prazos apresentados no Fluxograma (vide seção 11) poderão ser prorrogados conforme estabelecido pelo Conselho de Administração da CCEE.
- 10.2.10. As Garantias aportadas não estão vinculadas a um Ciclo de Liquidação Financeira específico e serão executadas pelo Agente Custodiante caso não ocorra pagamento integral pelo Agente Devedor da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo e de Penalidades.
- 10.2.11. A compatibilização dos montantes de Garantias deverá ser efetuada na data de aporte das Garantias Financeiras divulgada pela Superintendência da CCEE, observando:
- a) Caso o montante de Garantia calculado seja superior ao já aportado, o Agente deverá aportar somente a diferença; ou
- b) Caso o montante de Garantia calculado seja inferior ao já aportado, o Agente Custodiante efetuará a liberação da parcela excedente.
- 10.2.12. A não constituição das Garantias Financeiras nos montantes informados pela Superintendência da CCEE acarretará a aplicação de Multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante não aportado.
- 10.2.13. A utilização das Garantias Financeiras citadas na premissa 10.2.10 não caracteriza descumprimento das obrigações do Agente no âmbito da CCEE.
- 10.2.14. No segundo dia útil após a efetivação dos créditos da Liquidação Financeira, a Superintendência da CCEE notificará os agentes inadimplentes mediante chamado ativo informando-lhes o valor total da garantia não aportada e a multa aplicável, para que seja apresentada manifestação prévia à CCEE, até as 18h do segundo dia útil do recebimento do respectivo chamado ativo.
- 10.2.15. A manifestação mencionada na premissa anterior deverá ser apresentada à CCEE, única e exclusivamente, por meio do e-mail da Central de Atendimento da CCEE (atendimento@ccee.org.br). As manifestações encaminhadas à CCEE serão disponibilizadas em seu inteiro teor no Conteúdo Exclusivo, sob total e inteira responsabilidade do Agente, para todos os fins e efeitos.
- 10.2.16. No caso de reincidência do não aporte de garantias, consecutiva ou alternada, no prazo de 24 meses, ocorrerão os seguintes eventos:
- a) Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante não aportado;
- b) A Superintendência, por meio de chamado ativo, procederá conforme premissa 10.2.14;
- c) A Superintendência emitirá Termo de Notificação informando ao Agente o início do processo de desligamento, que ocorrerá de acordo com o estabelecido no PdC AG.03.
- 10.2.17. Quando eventual saldo remanescente de Garantias Financeiras não aportado for inferior a R\$ 1.000,00 (mil Reais), a Superintendência da CCEE, poderá, a seu critério, não considerar o agente para efeito de incidência do não aporte de Garantias Financeiras. O valor de R\$ 1.000,00 (mil Reais) poderá ser alterado por deliberação do Conselho de Administração da CCEE.
- 10.2.18. O início do procedimento de desligamento para os Agentes da categoria de Geração que não possuam o empreendimento em operação comercial, conforme definido no respectivo ato de outorga, e que estejam realizando operações de compra e venda de

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO LF.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 20.04.2010	Versão 2
NOME APORTE DAS GARANTIAS FINANCEIRAS		

energia, será iniciado com a configuração da primeira inadimplência no aporte de Garantias Financeiras.

10.2.19. A CCEE informará à ANEEL e aos Agentes da CCEE, em até 8 (oito) dias úteis da efetivação dos créditos da Liquidação Financeira, as ocorrências de não aporte das Garantias Financeiras. O valor total apurado na premissa 10.2.12 e na alínea "a" da premissa 10.2.16 será cobrado conforme dispõe o Procedimento de Gestão do Pagamento de Penalidades – PdC AM.14, e será utilizada para o abatimento dos Encargos de Serviços do Sistema.

10.2.20. Os Agentes Exportadores de energia deverão aportar Garantias Financeiras referente somente ao primeiro mês do horizonte de cálculo das garantias (M-1), acrescidas de eventuais penalidades, conforme Regras de Comercialização.

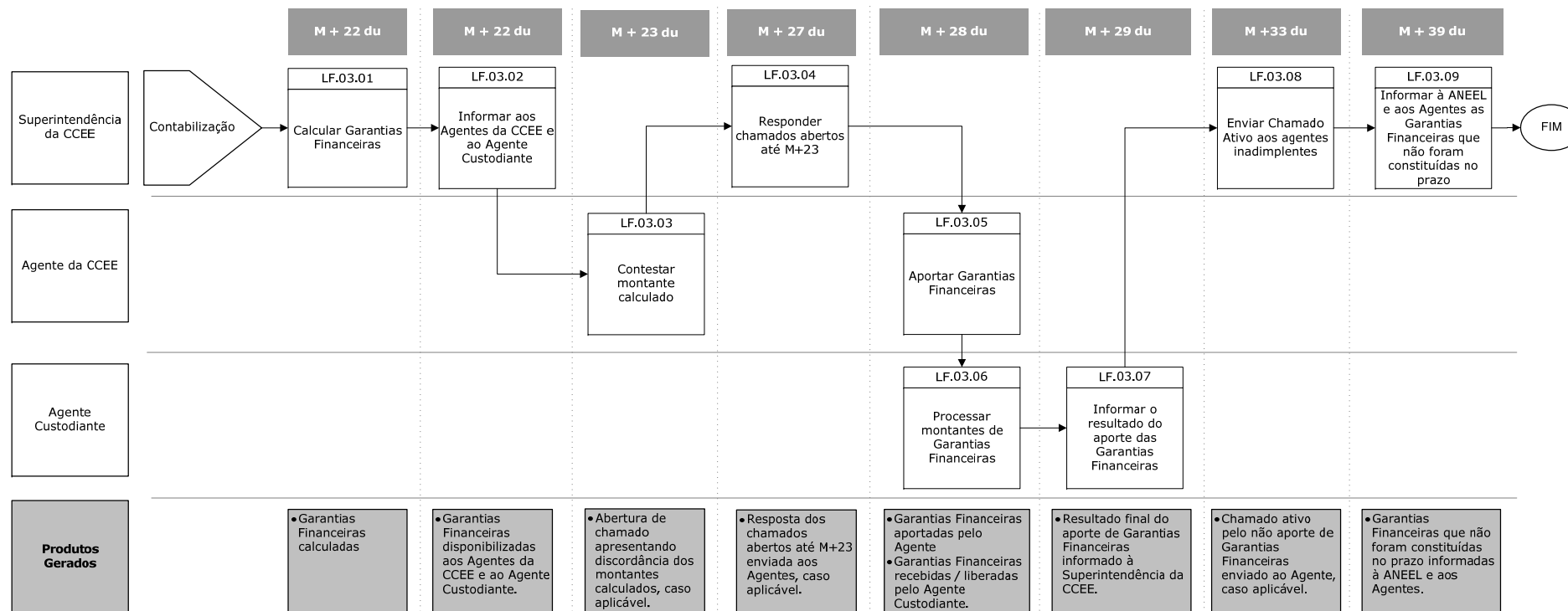
10.3. **Premissas sobre representação de Agentes da CCEE**

10.3.1. Para fins de cumprimento de obrigações e exercício de direitos na CCEE, o Agente poderá indicar um Agente Representante, que passará a ser responsável pela operacionalização dos processos inerentes às operações na CCEE e pelos atos a serem praticados pelo Agente Representado, observadas algumas condições e limites.

10.3.2. O Agente Representante poderá efetuar o depósito de Garantias Financeiras em nome e por conta do Agente Representado, mas a ausência de depósito ou a insuficiência de recursos será apontada em nome do Agente Representado, bem como todas as responsabilidades decorrentes.

10.3.3. A CCEE, em hipótese alguma, a qualquer tempo e sob qualquer condição, será responsabilizada por questões relacionadas e/ou decorrentes da representação entre o Agente Representado e seu Representante.

10.3.4. O Agente poderá optar pela representação a qualquer momento, antes ou após a sua Adesão à CCEE, observado o disposto nas premissas sobre Representação de Agentes da CCEE no PdC AG.01 – Adesão à CCEE.

11. FLUXOGRAMA


Legenda:

M: mês das operações de compra e venda de energia.
du: dias úteis.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO LF.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 20.04.2010	Versão 2
NOME APORTE DAS GARANTIAS FINANCEIRAS		

12. MATRIZ DE OPERACIONALIZAÇÃO

ATIVIDADE	CÓDIGO	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRODUTOS GERADOS	PRAZO
Calcular as Garantias Financeiras	LF.03.01	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Calcular o montante de Garantias Financeiras a ser aportado por cada Agente da CCEE. 	Garantias Financeiras calculadas	M+22du
Informar aos Agentes da CCEE e ao Agente Custodiante	LF.03.02	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar aos Agentes da CCEE e ao Agente Custodiante o resultado do cálculo e os respectivos montantes a serem compatibilizados. 	Garantias Financeiras disponibilizadas aos Agentes da CCEE e ao Agente Custodiante	M+22du
Contestar montante calculado	LF.03.03	Agente da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> O Agente poderá abrir chamado apresentando discordância dos montantes calculados. 	Abertura de chamado apresentando discordância dos montantes calculados, caso aplicável	M+23du
Responder chamados abertos até M+23du	LF.03.04	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Os chamados abertos pelos Agentes serão respondidos pela Superintendência da CCEE em até 4 du. 	Resposta dos chamados abertos até M+23du enviada aos Agentes, caso aplicável	M+27du
Aportar Garantias Financeiras	LF.03.03	Agente da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Aportar as Garantias Financeiras. 	Garantias Financeiras aportadas pelo Agente	M+28du
Processar Montantes de Garantias	LF.03.04	Agente Custodiante	<ul style="list-style-type: none"> Receber as Garantias Financeiras constituídas pelos Agentes, conforme os montantes calculados. 	Garantias Financeiras recebidas/liberadas pelo Agente Custodiante	M+28du
Informar o resultado do aporte das Garantias Financeiras	LF.03.05	Agente Custodiante	<ul style="list-style-type: none"> Informar à Superintendência da CCEE os Agentes da CCEE que constituíram as Garantias Financeiras no prazo. 	Resultado final do aporte de Garantias Financeiras informado à Superintendência da CCEE	M+29du
Enviar chamado ativo aos inadimplentes	LF.03.06	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> A Superintendência da CCEE, através de chamado ativo, comunicará os agentes inadimplentes para que apresentem manifestação prévia à CCEE 	Chamado ativo pelo não aporte de Garantias Financeiras enviado ao Agente, caso aplicável.	M+33du

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO LF.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 20.04.2010	Versão 2
NOME APORTE DAS GARANTIAS FINANCEIRAS		

ATIVIDADE	CÓDIGO	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRODUTOS GERADOS	PRAZO
Informar à ANEEL e aos Agentes as Garantias que não foram constituídas no prazo	LF.03.07	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Informar à ANEEL e aos Agentes as Garantias Financeiras que não foram constituídas no prazo. Nota: Serão informados nome e CNPJ dos Agentes da CCEE e os correspondentes montantes constituídos.	Garantias Financeiras que não foram constituídas no prazo informadas à ANEEL e aos Agentes	M+39du

Legenda:

M: mês das operações de compra e venda de energia.

du: dias úteis.

13. CRONOGRAMA GERAL MATRIZ DE OPERACIONALIZAÇÃO

PRODUTO GERADO	CRONOGRAMA						
Garantias financeiras calculadas	M +22 du						
Garantias disponibilizadas aos Agentes da CCEE e ao Agente Custodiante	M + 22 du						
Contestar montante calculado		M +23 du					
Responder chamados abertos até M+23du			M +27 du				
Garantias aportadas pelo Agente				M +28 du			
Garantias Financeiras recebidas / liberadas pelo Agente Custodiante				M +28 du			
Resultado final do aporte de Garantias Financeiras informado à Superintendência da CCEE					M +29 du		
Chamado ativo pelo não aporte de Garantias Financeiras enviado ao Agente, caso aplicável.						M + 33 du	
Garantias Financeiras que não foram constituídas no prazo informadas à ANEEL e aos Agentes							M + 39 du

Legenda:

M: mês das operações de compra e venda de energia.

du: dias úteis.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO LF.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 20.04.2010	Versão 2
NOME APORTE DAS GARANTIAS FINANCEIRAS		

14. ANEXOS